



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2025
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2025

“O MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS”, Estado de Mato Grosso do Sul, localizado na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 443, Centro, em Deodápolis - MS, Através de Secretaria Municipal de Educação, atendendo a Lei nº 11.947/2009, Lei 13.987/2020 Resolução CD/FNDE nº 038/2009, Resolução CD/FNDE nº 26/2013, Resolução CD/FNDE nº 4/2015, Resolução CD/FNDE nº 21/2021, Lei Federal 14.133/2021, realiza **Chamada Pública** no dia **11 de março de 2025, às 08:30 horas**, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Deodápolis para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar.

1. OBJETO

1.1. O presente Edital de Chamada Pública tem por objeto a Aquisição de **Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar**, destinados a Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta Chamada Pública correrão à conta das Dotações Orçamentárias: As despesas decorrentes da referida locação estão previstas nos orçamentos: 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.365.0058 - Alimentação e Nutrição, 2.024 - Alimentação e Nutrição Escolar. 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.365.0058 - Educação Infantil, 2.025 - Alimentação e Nutrição Escolar (pré escola) 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.361.0013 - Ensino Fundamental, 2.026 - Alimentação e Nutrição Escolar (ensino fundamental). 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.366.0016 - Educação de Jovens e Adultos, 2.027 - Alimentação e Nutrição Escolar (educação de jovens e adultos). 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.366.0013 - Educação Especial, 2.028 - Alimentação e Nutrição Escolar (educação integral). 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. No período e local determinados no preâmbulo deste Edital, os participantes da Chamada Pública nº 1/2025 deverão apresentar 2 (dois) ENVELOPES lacrados, contendo respectivamente, os documentos necessários para a habilitação no (Envelope 01) e o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar no (Envelope 02).

3.2. Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 27 da Resolução FNDE nº 26/2013 alterada pela Resolução 4/2015.

3.3. **O FORNECEDOR INDIVIDUAL (agricultor familiar detentor de DP física não organizado em grupo)** deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

3.3.1. Envelope nº 01

I. cópia da Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);

II. extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III. prova de atendimento de requisitos higiênicos-sanitários previstos em normas específicas, (quando for o caso), conforme descrito no item 3.6.

IV. declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria (Anexo II);

V. Declaração de responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de venda (Anexo III).

3.3.2. Envelope 02:

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante (Anexo IV).

3.4. O GRUPO INFORMAL (agricultores familiares detentores da DAP Física organizados em grupo) deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

3.4.1. Envelope 01:

I. cópia da Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF); de cada agricultor familiar participante.

II. extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III. prova de atendimento de requisitos higiênicos-sanitários previstos em normas específicas, (quando for o caso), conforme descrito no item 3.6;

IV. declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria (Anexo II);

V. Declaração de responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de venda (Anexo IV).

3.4.2. Envelope 02:

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar constando o CPF, o nº da DAP física e a assinatura de todos os Agricultores Familiares participantes (Anexo IV).

3.5. GRUPO FORMAL (cooperativas e associações de agricultores familiares detentoras de declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Jurídica devidamente formalizadas) deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I. cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II. extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III. cópia do comprovante de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e trabalhista;

IV. cópias do Estatuto e Ata de Posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V. declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados relacionados no Projeto de Venda (Anexo IV);

VI. declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/ associados (Anexo V);

VII. prova de atendimento de requisitos higiênicos-sanitários previstos em normas específicas, (quando for o caso), conforme descrito no item 3.6.

3.5.2. Envelope 02:

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar com assinatura do representante legal da associação ou cooperativa (Anexo IV).

3.6. Como prova de atendimento de requisitos higiênicos-sanitários previstos em normas específicas, para produtos MANIPULADOS/PROCESSADOS oriundos da agricultura familiar, deve-se apresentar, juntamente com qualquer outra documentação sanitária que venha ser exigida, conforme o produto ofertado, os seguintes documentos:

I - Alvará Sanitário da Agroindústria do local onde o produto é processado/manipulado, no caso de produtos de origem vegetal ou panificados.

II - Certificado de Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura, no caso de polpas de frutas.

II - Certificado de Inspeção Sanitária do serviço Municipal - SIM; ou Serviço de Inspeção Estadual - SIE ou do Serviço de Inspeção Federal - SIF; ou do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem animal - SISBI, no caso de produtos de origem animal (mel, lácteos e cárneos).

IV - Certificado de vistoria do veículo utilizado para entrega dos produtos refrigerados de origem animal (laticínios e cárneos), cujo transporte deve ocorrer em veículo fechado, isotérmico e/ou refrigerado, devidamente compatível com as características do alimento.

3.6.1. Os documentos apresentados devem abranger a atividade a qual o alimento ofertado classifica.

3.6.2. No caso de contrato firmado entre os agricultores produtores e uma empresa terceirizada para o processamento de um determinado alimento, também deve ser encaminhada a documentação sanitária da empresa, bem como a de vistoria do veículo utilizado por ela para transporte de produtos de origem animal (laticínios e cárneos).

4. PROJETO DE VENDA - ENVELOPE 02

4.1. Os fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda assinado pelo representante legal, em consonância com o Anexo - IV, Projeto de Venda.

4.2. Devem constar no Projeto de Venda: o nome, CPF e o número da DAP Física de cada Agricultor Familiar fornecedor, quando se tratar de fornecedor individual ou Grupo formal, e o CNPJ e número da DAP Jurídica da Organização produtiva, quando se tratar de Grupo Formal.

4.3. As especificações dos Gêneros Alimentícios no Projeto de Venda deverão estar em conformidade com as descritas no Anexo - I, Termo de Referência.

4.4. Caso seja constatada ausência ou irregularidade nos documentos apresentados durante a abertura dos envelopes, a COMISSÃO JULGADORA poderá conceder um prazo de 05 (cinco) dias uteis para a regularização da documentação, conforme prevê o Artigo 27 § 5º da Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 do Ministério da Educação.

4.5. A análise e a seleção das propostas dos fornecedores serão realizadas em sessão pública e registrada em ata, logo após o término da apresentação da documentação de habilitação e do Projeto de Venda.

5. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Serão consideradas classificadas as propostas que preencherem as condições fixadas neste Edital de Chamada Pública.

5.2. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em:

- I. Grupo de projetos de fornecedores locais.
- II. Grupo de projetos da Região Geográfica imediata.
- III. Grupo de projetos da Região Geográfica intermediária.
- IV. Grupo de projetos do Estado.
- V. Grupo de projetos do País.

5.3. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

§ 1º - Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

§ 2º - Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

§3º Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no caput e nos §1º e §2º.

§4º Para efeitos do disposto neste artigo, serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso do grupo formal, e 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s).

§5º No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no §2º inciso I deste

artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas -, conforme identificação na(s) DAP(s).

§6º No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no §2º inciso III deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica.

§7º Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6. DO PREÇO

6.1. O preço de aquisição será aquele indicado no Anexo - I Termo de Referência elaborado pelo Setor de Compras sendo que o valor médio dos preços foi obtido por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas, Órgãos Públicos, Painel de Preços e Portal da Transparência.

7. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

7.1. Os fornecedores de produtos processados e/ou manipulados, classificados em primeiro lugar deverão entregar as amostras dos produtos na Escola Municipal Elizabete Lucena Campos, na Rua Antônio Bezerra Soares nº 20, Jardim Santa Maria, Deodápolis - MS, sob pena de desclassificação, até 05 (cinco) dias após a publicação do resultado, no horário das 07:00 às 11:00 horas, para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos.

7.2. Caso o(s) fornecedor(es) classificado(s) em primeiro lugar não entregue as amostras dos produtos no prazo estipulado ou não as tenham sido aprovadas, será(ão) chamado(s) o(s) próximo(s) colocado(s) e assim sucessivamente até a classificação necessária à contratação.

7.3. Estará dispensada a apresentação de amostra dos produtos "in natura", sem nenhum tipo de processamento.

8. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTO

8.1. O início para entrega dos produtos será conforme calendário escolar/cronograma de entrega após o recebimento da AF - autorização de fornecimento, expedida pelo Departamento de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro 2025.

8.2. O prazo de entrega dos produtos é de até 03 (três) dias úteis, contados da emissão da Solicitação de Fornecimento (SF), nos locais discriminados na SF. As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, em horários compreendidos entre 07h as 11h e 13h as 17h (horário do MS), nas escolas e nas creches municipais abaixo.

- Escola Elizabete Lucena: Rua Antônio Bezerra Soares n 20

- Escola Cícero Reinaldo da Silva: Rua Jonas Ferreira de Araújo n 252

- CEI João Pedro Pelegrini: Avenida Francisco Alves da Silva SN

8.3. Os produtos serão recebidos no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Os produtos serão recebidos, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

(1) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega das mercadorias, através de crédito em conta corrente indicada no Projeto de Venda, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

8.2 O pagamento somente será realizado se os documentos de habilitação, solicitados no item 3, estiverem no prazo de validade

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O Edital completo estará à disposição no site www.deodapolis.ms.gov.br portal da transparência link: http://www.deodapolis.ms.gov.br/e-sic/editais_licitacoes.php?tipo=1 através de solicitação no e-mail: editaisprefeituradeodapolis@gmail.com e no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Deodópolis - MS, na Av. Francisco Alves da Silva 443, centro.

9.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

9.3. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I. Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/E.Ex.

II. Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 40.000,00.

9.4. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da Unidade Executora, poderá haver:

I. Adiamento do processo;

II. Revogação desta Chamada Pública ou sua modificação no todo ou em parte.

9.5. A participação de qualquer proponente nesta Chamada Pública implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

9.6. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada por meio de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo V) que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas

que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da Chamada Pública e da proposta a que se vinculam.

9.7. A Administração Municipal convocará formalmente a licitante vencedora para assinar o contrato, que deverá comparecer dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação.

9.7. Fazem parte deste Edital de Chamada Pública:

Anexo - I	Termo de Referência.
Anexo - II	Modelo da Declaração de Produção Própria
Anexo - III	Modelo da Declaração de Responsabilidade pelo Controle de Atendimento do Limite
Anexo - IV	Modelo do Projeto de Vendas.
Anexo - V	Minuta do Contrato.
Anexo - VI	Cronograma de Previsão de Entrega.

Deodápolis - MS, 14 de fevereiro de 2025.

MARIA ROSÁRIO PEREIRA CALADO

Sec. Munic. de Educação

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO: Trata-se da análise da viabilidade técnica para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (chamada pública) que serão utilizados na merenda escolar para atender as necessidades da secretaria municipal de educação de Deodópolis-MS, DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA Nº 56/2025, CONFORME QUANTIDADE E DESCRIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	350	KG	ABÓBORA TIPO: MENINA, IN NATURA - KG. CASCA LISA, ISENTO DE SUJIDADES, MACHUCADOS OU PERFURAÇÕES, NEM PARASITAS E LARVAS.	7,12	2.492,00
2	200	UN	ABACAXI, IN NATURA - MADURO, CONTER COROA, CASCA SEM SUJIDADES, PERFURAÇÕES OU MACHUCADOS.	10,95	2.190,00
3	200	KG	GOIABA, IN NATURA - KG. DEVE APRESENTAR CASCA LISA, SEM MANCHAS OU SEM IMPERFEIÇÕES, LIVRE DE SUJIDADES, LARVAS E INSETOS.	14,06	2.812,00
4	3.000	KG	MELANCIA, IN NATURA - KG. DEVERÁ APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME, SEM PERFURAÇÕES OU MACHUCADOS, NÃO CONTER LARVAS E INSETOS.	5,29	15.870,00
5	100	PCTE	FEIJÃO PRETO, TIPO 1 - GRÃO ÍNTEGROS, EMBALADOS EM SACO PLÁSTICO COM 1 KG.	*****	0,00
6	50	KG	ABACATE, IN NATURA - KG. CASCA LISA, COM BRILHO, FIRME, SEM A PRESENÇA DE PERFURAÇÕES, MACHUCADOS, ESTAR LIVRE DE PARASITAS, INSETOS E SUJIDADES.	9,93	496,50
7	2.000	KG	BANANA NANICA, IN NATURA - KG. EM PENCA, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, FIRMES E COM BRILHO.	7,82	15.640,00
8	3.000	UN	PÃO CASEIRO, SEM AÇÚCAR, NOS SABORES, ABÓBORA, CENOURA, BATATA DOCE, PESANDO NO MÍNIMO 500 GR.	19,69	59.070,00
9	300	KG	MAMÃO, TIPO: FORMOSA, IN NATURA - KG. CASCA FIRME, LISA, LIVRE DE SUJIDADES.	10,69	3.207,00
10	200	PCTE	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1 - NOVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1 KG, GRÃOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS DE CORPOS ESTRANHOS.	*****	0,00
11	150	KG	UVA, IN NATURA - KG. DEVERÁ APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME, SEM APRESENTAR PERFURAÇÕES OU MACHUCADOS, LIVRE DE SUJIDADES.	15,29	2.293,50
12	200	KG	ALHO, IN NATURA - KG. CABEÇAS INTEIRAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, DENTES GRANDES E UNIFORMES, EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES DE 1 KG.	*****	0,00
13	100	KG	MANGA, TIPO: ROSA, IN NATURA - KG. FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, GRAU MÁXIMO DE MATURAÇÃO, SEM FERIMENTOS OU PERFURAÇÕES.	8,78	878,00
14	150	KG	MARACUJÁ, TIPO: AZEDO, IN NATURA - KG. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO UNIFORME, SEM MANCHAS ESCURAS, RACHADURAS, PERFURAÇÕES, SUJIDADES OU A PRESENÇA DE LARVAS E INSETOS.	14,38	2.157,00
15	150	PCTE	COLORAU - CONDIMENTO, TIPO: URUCUM, APRESENTAÇÃO: PÓ COM 500 GRAMAS.	9,78	1.467,00
16	250	KG	BATATA DOCE, IN NATURA - KG. SEM MANCHAS	6,16	1.540,00

			ESCURAS, SEM MACHUCADOS, ASPECTO FIRME.		
17	250	KG	CENOURA, IN NATURA - KG. SEM CORPOS ESTRANHOS OU TERRA ADERIDA A SUPERFÍCIE EXTERNA, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS, SEM FOLHAS, FERIMENTOS OU DEFEITOS, DE 1º QUALIDADE, TENRAS.	8,06	2.015,00
18	100	KG	LIMÃO TIPO: TAITI, IN NATURA - KG. DEVE POSSUIR CASCA LISA, COM BRILHO, LIVRE DE INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	5,91	591,00
19	150	KG	VAGEM, IN NATURA - KG. TAMANHO MÉDIO, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRAS, SEM MANCHAS.	14,78	2.217,00
20	50	KG	BERINJELA, IN NATURA - KG. CASCA LISA, SEM MACHUCADOS OU PERFURAÇÕES EXTERNAS, COR VIVA, COM BRILHO.	7,84	392,00
21	100	KG	QUIABO, IN NATURA - KG. SEM MACHUCADOS, SEM MANCHAS ESCURAS, INTACTO E FIRME.	16,23	1.623,00
22	250	KG	REPOLHO VERDE, IN NATURA - KG. SEM FERIMENTOS, DEFEITOS, TENROS, SEM CORPOS ESTRANHOS OU TERRA ADERIDA A SUPERFÍCIE EXTERNA.	5,97	1.492,50
23	250	MAÇO	COUVE MANTEIGA, IN NATURA - EMBALADO EM MAÇOS, BEM DESENVOLVIDO, SEM MANCHAS, FIRME, INTACTA, LIVRE DE TERRA NAS SUPERFÍCIES, SEM FERIMENTOS E DEFEITOS.	5,48	1.370,00
24	50	MAÇO	HORTELÃ, IN NATURA -. SEM SUJIDADES, FOLHAS VERDE VIVO, ÍNTEGRAS E SEM MANCHAS AMARELAS OU ESCURAS.	12,58	629,00
25	200	KG	BETERRABA, IN NATURA - KG. SEM FOLHAS, LIVRE DE SUJIDADES, LARVAS, INSETOS, SEM FERIMENTOS, DE 1º QUALIDADE.	6,55	1.310,00
26	100	KG	ABÓBORA TIPO:MORANGA, IN NATURA - KG. DEVE ESTAR COM CASCA FIRME, NÃO APRESENTAR SUJIDADES, MACHUCADOS OU PERFURAÇÕES, NEM CORPOS ESTRANHOS.	7,21	721,00
27	100	KG	PIMENTÃO VERDE, IN NATURA - KG. ASPECTO FIRME, COR UNIFORME, SEM SUJIDADES OU PERFURAÇÕES.	15,42	1.542,00
28	150	MAÇO	RÚCULA, IN NATURA . APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS, MANCHAS ESCURAS OU AMARELAS.	5,89	883,50
29	400	MAÇO	CHEIRO VERDE, IN NATURA. FRESCO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES OU INSETOS, NÃO DEVE CONTER MANCHAS ESCURAS OU AMARELAS, EMBALADOS EM PACOTES DE PLÁSTICO, SEPARADOS EM MAÇOS.	5,75	2.300,00
30	2.000	UN	ALFACE, IN NATURA - TIPO: CRESPA, PÉ BEM DESENVOLVIDO, SEM MANCHAS, FIRME, SEM FERIMENTOS E DEFEITOS, LIVRE DE TERRA, LARVAS OU INSETOS NAS SUPERFÍCIES.	5,99	11.980,00
31	350	KG	BATATA INGLESA, IN NATURA- KG. APRESENTAR TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, POLPA FIRME, DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. (8,98	3.143,00
32	350	PCTE	ARROZ BRANCO, LONGO FINO, TIPO 1, ACONDICIONADO DE EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FÁBRICA COM 5 KG, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM GRÃOS INTEIROS,	*****	0,00
33	200	KG	CEBOLA BRANCA, IN NATURA - KG. UNIFORME, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRA, BRILHANTE, FIRME E BEM DESENVOLVIDA.	11,72	2.344,00
34	300	KG	MAÇA, TIPO:NACIONAL, IN NATURA - KG. FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, GRAU MÁXIMO DE MATURAÇÃO, SEM FERIMENTOS, PERFURAÇÕES, INSETOS OU LARVAS.	*****	0,00

35	200	KG	CHUCHU, IN NATURA - KG. CASCA BRILHANTE, ASPECTO FIRME, SEM PERFURAÇÕES OU LESÕES, NEM A PRESENÇA DE LARVAS OU INSETOS.	6,61	1.322,00
36	300	KG	MELÃO, IN NATURA - KG. DEVE APRESENTAR COR UNIFORME, ESTAR LIVRE DE FUROS OU RACHADURAS, SEM PARTES ESCURAS OU MOLES, NEM PRESENÇA DE LARVAS E INSETOS	8,99	2.697,00
37	50	PCTE	FARINHA DE MANDIOCA - FINA, TIPO 1, EMBALAGEM APROXIMADAMENTE 1 KG, SIMILAR A YOKI, PINDUCA E GRANFINO.	9,99	499,50
38	300	KG	MANDIOCA CONGELADA - KG. DESCASCADAS, CONGELADAS, SEM FERIMENTOS OU SUJIDADES, DEVIDAMENTE EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS.	9,55	2.865,00
39	2.000	UN	IOGURTE - EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 1 L, NOS SABORES MORANGO, COCO, MAMÃO, SALADA DE FRUTAS, DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, ESTAR DEVDAMENTE REFRIGERADO.	9,72	19.440,00
40	2.000	UN	POLPA DE FRUTA, TIPO: MARACUJÁ, ACEROLA, UVA, ABACAXI APRESENTAÇÃO: CONGELADA, EMBALADAS EM PLÁSTICO ATÓXICO COM APROX 100 GRAMAS.	5,97	11.940,00
41	400	KG	TOMATE, IN NATURA - KG. TAMANHO MÉDIO A GRANDE, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, SEM SUJIDADES, NEM LARVAS OU INSETOS.	9,80	3.920,00
VALOR TOTAL R\$					187.349,50

1.2. O prazo de vigência da contratação será até 31/12/2025, contados da data de assinatura do contrato.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudos Técnicos Preliminares.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade CHAMADA PUBLICA em sua forma presencial.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O início para entrega dos produtos será conforme calendário escolar/cronograma de entrega após o recebimento da AF - autorização de fornecimento, expedida pelo Departamento de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro 2025.

5.3. O prazo de entrega dos produtos é de até 03 (três) dias úteis, contados da emissão da Solicitação de Fornecimento (SF), nos locais discriminados na SF. As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, em horários compreendidos entre 07h as 11h e 13h as 17h (horário do MS), nas escolas e nas creches municipais abaixo.

- Escola Elizabete Lucena: Rua Antônio Bezerra Soares n 20
- Escola Cícero Reinaldo da Silva: Rua Jonas Ferreira de Araújo n 252
- CEI João Pedro Pelegrini: Avenida Francisco Alves da Silva SN

5.4. Os produtos serão recebidos no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os produtos serão recebidos, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o produto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante,

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da mercadoria e consequente emissão de Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução devido a baixa complexidade, natureza do objeto e dos riscos envolvidos, considerando o prazo de entrega e ausência de prejuízo ao erário, a administração não julga necessária a apresentação de garantia contratual.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa a execução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

II - Multa:

- Moratória de 2% a 10% (dois a dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e o edital

13.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Contratante poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas nos orçamentos: 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.365.0058 - Alimentação e Nutrição, 2.024 - Alimentação e Nutrição Escolar. 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.365.0058 - Educação Infantil, 2.025 - Alimentação e Nutrição Escolar (pré escola) 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.361.0013 - Ensino Fundamental, 2.026 - Alimentação e Nutrição Escolar (ensino fundamental). 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.366.0016 - Educação de Jovens e Adultos, 2.027 - Alimentação e Nutrição Escolar (educação de jovens e adultos). 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.366.0013 - Educação Especial, 2.028 - Alimentação e Nutrição Escolar (educação integral). 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

ANEXO - II

(MODELO FORNECEDOR INDIVIDUAL E GRUPO INFORMAL)

CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2025

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

Eu,,inscrito(a) no
CPF nº e DAP Física nº, **DECLARO**
para fins de participação na **CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2025**, no âmbito do Programa
Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que os gêneros alimentícios relacionados no
projeto de venda em meu nome são oriundos de produção própria.

....., de de 2025.

.....
Nome e assinatura do agricultor familiar

ANEXO - II

(MODELO FORNECEDOR FORMAL)

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

Eu,.....representante da Cooperativa/Associação
....., inscrita no CNPJ nº e DAP Jurídica nº
....., **DECLARO** para fins de participação na **CHAMADA PÚBLICA Nº
1/2025**, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que os
gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda são oriundos de produção
própria dos cooperados/associados que possuem DAP física e
compõe esta Cooperativa/Associação.

....., de de 2025.

.....
Nome e assinatura do representante legal
da Cooperativa/Associação

ANEXO - III

(MODELO FORNECEDORES INDIVIDUAL/GRUPO INFORMAL)

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO
DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA**

CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2025

O(A) (nome do agricultor), inscrito no CPF nº....., DAP Jurídica nº....., DECLARA., que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP/ano civil/Entidade Executora referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE relativas ao PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

....., de de 2025.

.....
Nome e assinatura do agricultor familiar

ANEXO - III

(MODELO GRUPO FORMAL)

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO
DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA**

CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2025

O(A) (nome do Grupo Formal), inscrita no CNPJ nº....., DAP Jurídica nº....., com sede na(endereço da cooperativa/associação), neste ato representado(a) por..... (nome do representante legal da cooperativa/associação), portador (a) do RG nº, CPF nº....., nos termos do Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores Familiares Rurais que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP/ano civil/Entidade Executora referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativa ao PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

....., de de 2025.

.....
Nome e assinatura do representante legal
da Cooperativa/Associação

ANEXO - IV

(MODELO FORNECEDOR INDIVIDUAL)
PROJETO DE VENDA
Chamada Pública nº 1/2025

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar/PNAE					
Identificação da Proposta de atendimento ao Edital de Chamada Pública nº 1/2025					
I - Identificação do Fornecedor					
Fornecedor (a) Individual					
1. Nome do Proponente:			2. CPF:		
3. Endereço		4. Município/UF:		5. CEP:	
6. Número da DAP Física			7. DDD/Fone		8. E-mail (se houver)
9. Banco		10. Agência			11. Nº da Conta Corrente
II - Relação dos Produtos					
Produtos	Unitário	Unidade	Quantidade Total	Preço de Aquisição	Cronograma de entrega dos produtos
III - Identificação da Entidade Executora do PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade		2. CNPJ			3. Município
4. Endereço				5. DDD/Fone	
6. Nome do Representante Legal				7. CPF	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento					
Local e Data		Assinatura do Representante do fornecedor Individual			Fone/E-mail

ANEXO - IV

(MODELO GRUPO INFORMAL)

PROJETO DE VENDA
Chamada Pública nº 1/2025

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar/PNAE					
Identificação da Proposta de atendimento ao Edital de Chamada Pública nº 1/2025					
I - Identificação dos Fornecedores					
GRUPO INFORMAL					
1.Nome do Proponente:			2. CNPJ:		
3. Endereço		4. Município/UF:		5. CEP:	
6. Email (quando houver)			7. Fone		
8. Organizado por Entidade Articuladora			9. Nome da Unidade Articulada (quando houver)		10. Email/Fone
II - FORNECEDORES PARTICIPANTES					
1. Nome do Agricultor (a) Familiar	2.CPF	DAP	4.Banco	5. nº Agência	6. Conta Corrente
III - Identificação da Entidade Executora					
1. Nome da Entidade		2. CNPJ			3. Município
4. Endereço				8. DDD/Fone	
6. Nome do Representante e e-mail				7. CPF	
III - RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS					
1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/ Unid.	6. Valor Total
IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto	Cronograma de Entrega dos Produtos
Total do Projeto:					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento					
Local e Data		Assinatura do Representante do Grupo Informal		Fone/E-mail CPF:	
Local e Data		Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal		Assinatura	

MINUTA DO CONTRATO Nº /2025.

CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO.
--

I - CONTRATANTE: " O MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS - MS", Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Francisco Alves da Silva nº 443, através da Secretaria Municipal de Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada pelo Sr _____, Secretária Municipal de Educação, portador do RG nº _____ SSP/MS, inscrito no CPF sob o nº _____ - __, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua. Guerino Marques nº 349 - centro, nesta cidade e o Sr. _____/GF. _____, Pessoa Física/Jurídica de direito privado, residente _____, no Município de _____, portador do CPF/CNPJ nº _____ e DAP _____, doravante denominado **CONTRATADO**, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA DE REGÊNCIA: O presente contrato trata-se de um contrato administrativo e rege-se, pelas normas da Lei 14.133 de 1º de abril de 1993 e alterações posteriores, tem a base na **CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2025, DO PROCESSO Nº 16/2025.**

CLÁUSULA PRIMEIRA: É objeto desta contratação **O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para a Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 1/2025, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATADO se compromete a fornecer os Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme estabelece o Artigo 39 da Resolução Nº 21 de 16 de novembro de 2021 e a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA: OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante a o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA: O início para entrega das mercadorias será conforme calendário escolar/cronograma de entrega, após o recebimento da AF - autorização de fornecimento, expedida pelo Departamento de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro 2025.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita semanalmente na sede do município na Escola Municipal Elizabete Lucena Campos, na Rua Antônio Bezerra Soares nº 20, Jardim Santa Maria, Escola Municipal Cicero Reinaldo da Silva, Rua Jonas Ferreira de Araújo nº 252 e no CEI João Pedro Pelegrine de Souza, na Av. Francisco Alves da Silva nº 180.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas do Produtor pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Pelo recebimento dos Produtos, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Produtos da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ _____ (_____), conforme listagem a seguir:

Item	Descrição das Mercadorias	Quant.	Unid.	V. Unit.	Valor Total

CLÁUSULA SÉTIMA: No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com entrega dos produtos, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.365.0058 - Alimentação e Nutrição, 2.024 - Alimentação e Nutrição Escolar. 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.365.0058 - Educação Infantil, 2.025 - Alimentação e Nutrição Escolar (pré escola) 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.361.0013 - Ensino Fundamental, 2.026 - Alimentação e Nutrição Escolar (ensino fundamental). 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.366.0016 - Educação de Jovens e Adultos, 2.027 - Alimentação e Nutrição Escolar (educação de jovens e adultos). 15.000 - Secretaria Municipal de Educação 15.001 - Departamento de Educação, 12.366.0013 - Educação Especial, 2.028 - Alimentação e Nutrição Escolar (educação integral). 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

CLÁUSULA NONA: O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual. O pagamento só será efetuado mediante apresentação das Certidões Fiscal e Trabalhistas em plena validade.

CLÁUSULA DÉCIMA: O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2% (dois por cento) mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O CONTRATANTE em razão à supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- e) O valor das multas corresponderá a gravidade da infração, até o máximo de 2% (dois por cento) do valor do contrato, em cada caso.
- f) As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o **CONTRATADO** da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-se o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/21 em sua atual redação, garantia previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, pelos Senhores (as).....nomeados pela Portaria n.º, Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O presente contrato rege-se, ainda, pela CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2025, Pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009, Resolução nº 26/2013, Resolução nº 4/2015, Resolução nº 21/2021, Lei nº 11.947/2009 a 14.133/21 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGESIMA: As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por e-mail, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGESSIMA PRIMEIRA: Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de

pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGESSIMA SEGUNDA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31/12/2025.

CLAUSULA VIGESSIMA TERCEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca Deodópolis - MS, para redimir quaisquer dúvidas a respeito do comprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavou-se o presente contrato, em duas vias em originais de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Deodópolis - MS, dede 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Sec. Municipal de Educação - Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - Contratada

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF

ANEXO - VI

CRONOGRAMA DE PREVISÃO DE ENTREGA PARA O 1º SEMESTRE DO ANO DE 2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	2º QZ. Fev.	1º QZ. Março	2º QZ. Março	1º QZ. Abril	2º QZ. Abril	1º QZ. Maio	2º QZ. Maio	1º QZ. Jun.	2º QZ. Jun.	1º QZ. Julho
1	ABÓBORA MENINA	KG	350	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
2	ABACAXI	UN	200	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
3	GOIABA	KG	200	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
4	MELANCIA	KG	3000	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300
5	FEIJÃO PRETO	PCTE											
6	ABACATE	KG	50	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
7	BANANA NANICA	KG	2000	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200
8	PÃO CASEIRO	UN	3000	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300
9	MAMÃO	KG	300	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
10	FEIJÃO CARIOCA	PCTE											
11	UVA	KG	150	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
12	ALHO	KG											
13	MANGA ROSA	KG	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
14	MARACUJÁ	KG	150	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
15	COLORAU	PCTE	150	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
16	BATATA DOCE	KG	250	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
17	CENOURA	KG	250	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
18	LIMÃO TIPO: TAITI	KG	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
19	VAGEM	KG	150	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
20	BERINGELA	KG	50	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
21	QUIABO	KG	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
22	REPOLHO VERDE	KG	250	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
23	COUVE MANTEIGA	MAÇO	250	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
24	HORTELÃ	MAÇO	50	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
25	BETERRABA	KG	200	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
26	ABÓBORA MORANG	KG	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
27	PIMENTÃO VERDE	KG	100	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
28	RÚCULA	MAÇO	150	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
29	CHEIRO VERDE	MAÇO	400	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
30	ALFACE	UN	2000	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200
31	BATATA INGLESA	KG	350	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
32	ARROZ BRANCO	PCTE											
33	CEBOLA BRANCA	KG	200	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
34	MAÇA NACIONAL	KG											
35	CHUCHHU	KG	200	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
36	MELÃO	KG	300	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
37	FARINHA MAND.	PCTE	50	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
38	MANDIOCA CONG	KG	300	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
39	IORGUTE 1L	UN	2000	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200
40	POLPA DE FRUTA	UN	2000	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200
41	TOMATE	KG	400	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

CRONOGRAMA DE PREVISÃO DE ENTREGA PARA O 2º SEMESTRE DO ANO DE 2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	1º QZ. Ago.	2º QZ. Ago.	1º QZ. Set.	2º QZ. Set.	1º QZ. Out.	2º QZ. Out.	1º QZ. Nov.	2º QZ. Nov.	1º QZ. Dez.
1	ABÓBORA MENINA	KG	350	45	35	45	35	40	35	40	35	40
2	ABACAXI	UN	200	20	25	20	25	20	25	20	25	20
3	GOIABA	KG	200	20	25	20	25	20	25	20	25	20
4	MELANCIA	KG	3000	350	350	300	350	300	350	350	350	300
5	FEIJÃO PRETO	PCTE										
6	ABACATE	KG	50	6	5	6	5	6	6	6	5	5
7	BANANA NANICA	KG	2000	250	200	250	200	250	200	250	200	200
8	PÃO CASEIRO	UN	3000	350	350	300	350	300	350	350	350	300
9	MAMÃO	KG	300	35	35	35	30	35	35	35	30	30
10	FEIJÃO CARIOCA	PCTE										
11	UVA	KG	150	20	15	20	15	20	15	15	15	15
12	ALHO	KG										
13	MANGA ROSA	KG	100	15	10	10	10	15	10	10	10	10
14	MARACUJÁ	KG	150	20	15	20	15	20	15	15	15	15
15	COLORAU	PCTE	150	20	15	20	15	20	15	15	15	15
16	BATATA DOCE	KG	250	30	25	30	25	30	30	30	25	25
17	CENOURA	KG	250	30	25	30	25	30	30	30	25	25

18	LIMÃO TIPO: TAITI	KG	100	15	10	10	10	15	10	10	10	10	
19	VAGEM	KG	150	20	15	20	15	20	15	15	15	15	
20	BERINGELA	KG	50	6	5	6	5	6	6	6	5	5	
21	QUIABO	KG	100	15	10	10	10	15	10	10	10	10	
22	REPOLHO VERDE	KG	250	30	25	30	25	30	30	30	25	25	
23	COUVE MANTEIGA	MAÇO	250	30	25	30	25	30	30	30	25	25	
24	HORTELÃ	MAÇO	50	6	5	6	5	6	6	6	5	5	
25	BETERRABA	KG	200	20	25	20	25	20	25	20	25	20	
26	ABÓBORA MORANG	KG	100	15	10	10	10	15	10	10	10	10	
27	PIMENTÃO VERDE	KG	100	15	10	10	10	15	10	10	10	10	
28	RÚCULA	MAÇO	150	20	15	20	15	20	15	15	15	15	
29	CHEIRO VERDE	MAÇO	400	50	40	50	40	45	50	45	40	40	
30	ALFACE	UN	2000	250	200	250	200	250	200	250	200	200	
31	BATATA INGLESA	KG	350	45	35	45	35	40	35	40	35	40	
32	ARROZ BRANCO	PCTE											
33	CEBOLA BRANCA	KG	200	20	25	20	25	20	25	20	25	20	
34	MAÇA NACIONAL	KG											
35	CHUCHHU	KG	200	20	25	20	25	20	25	20	25	20	
36	MELÃO	KG	300	35	35	35	30	35	35	35	30	30	
37	FARINHA MAND.	PCTE	50	6	5	6	5	6	6	6	5	5	
38	MANDIOCA CONG	KG	300	35	35	35	30	35	35	35	30	30	
39	IORGUTE 1L	UN	2000	250	200	250	200	250	200	250	200	200	
40	POLPA DE FRUTA	UN	2000	250	200	250	200	250	200	250	200	200	
41	TOMATE	KG	400	50	40	50	40	45	50	45	40	40	